



RESOLUÇÃO Nº 026/2020 – AD REFERENDUM DO CONEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade educação à distância, vinculado à Diretoria de Gestão de Educação à Distância - DEAD/PROEG/UNEMAT.

O Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o art. 19, §1º c/c art. 32, X do Estatuto da UNEMAT (Resolução nº 002/2012-CONCUR) e considerando Processo nº 501843/2020, Ofício Circular nº 43/2019-CPCF/CGPC/DED/CAPE, Ofício nº 001/2020-Ad Referendum do NDE, Parecer nº 020/2020-PROEG/DEAD e Parecer nº 019/2020-AGFD/PROEG;

RESOLVE AD REFERENDUM DO CONEPE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade educação à distância, vinculado à Diretoria de Gestão de Educação à Distância - DEAD/PROEG/UNEMAT.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública visa atender a legislação nacional vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais e normativas internas da UNEMAT e tem as seguintes características:

- I. Carga horária total do Curso: 3.300 (três mil e trezentas) horas;
- II. Integralização: mínimo de 8 (oito) semestres e no máximo de 12 (doze) semestres;
- III. Forma de ingresso: o ingresso do aluno no curso será por meio de processo público de seleção, regulamentado por edital próprio, realizado e organizado pela UNEMAT.

Art. 3º No Anexo Único desta Resolução consta o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT, 30 de dezembro de 2020.


Prof. Dr. Rodrigo Bruno Zanin
Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso



ANEXO ÚNICO
RESOLUÇÃO Nº 026/2020-AD REFERENDUM DO CONEPE
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DADOS GERAIS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO "CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"

REITOR: Professor Rodrigo Bruno Zanin

VICE-REITORA: Professora Nilce Maria da Silva

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Professor Alexandre Gonçalves Porto

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DEAD

DIRETOR (a): Profa. Dra. Rinalda Bezerra da Silva

Cidade Universitária de Cáceres-MT

Av. Santos Dumont, Bairro Lobo. Tel.: (65) 3222-1103

<http://dead.unemat.br> – e-mail: dead@unemat.br

COORDENAÇÃO DO CURSO: Administração Pública

COORDENADORA: Profa. Dra. Juliana Vitória V. Mattiello da Silva

E-mail: juliaamattiello@unemat.br

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Prof. Ms. Gustavo Domingos S. Bisinoto – Coordenador

Profa. Dra. Juliana V. V. Mattiello da Silva – Membro Nato

Profa. Dra. Rinalda Bezerra Carlos – Membro Nato

Profa. Dra. Ana Maria de Lima – Membro

Profa. Dra. Regina Maria da Costa - Membro

DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Curso de Bacharelado em Administração Pública
Ano de Criação	2009/2
Ano de implantação do currículo anterior	2017/2
Data de adequação do PPC	10/12/2020
Grau oferecido	Graduação
Título acadêmico conferido	Bacharel em Administração Pública
Modalidade de ensino	A distância
Tempo mínimo de integralização	04 anos
Carga horária mínima	3.300 horas
Número de vagas oferecidas	150
Turno de funcionamento	EaD
Formas de ingresso	Vestibular
Atos legais de autorização, reconhecimento e renovação do curso	Resolução nº 30/2009 – Ad Referendum do CONSUNI Resolução nº 002/2011 – CONSUNI Portaria nº 11/2015-GAB/CEE-MT
Endereço do curso	Cidade Universitária de Cáceres-MT



Av. Santos Dumont, Bairro Lobo. Tel.: (65) 3222-1103

<http://dead.unemat.br> – e-mail: dead@unemat.br

1. CONCEPÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1 Histórico do curso de Bacharelado em Administração Pública

A Universidade do Estado de Mato Grosso, tal como é conhecida hoje, foi criada em 20/07/78 como Instituto de Ensino Superior de Cáceres – IESC. Em 19/12/85 passou a ser designada Fundação Centro Universitário de Cáceres – FUCUC - e em 17/07/89, Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres – FCECSC. Na data de 16/01/92 cria-se a Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso – FESMAT e através da Lei Complementar nº 30, de 15/12/1993, é elevada a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, tendo como mantenedora a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso. A UNEMAT, institucionalmente, está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC, e pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/MT.

Com sede em Cáceres, a UNEMAT possui 13 Câmpus Universitários e 17 Núcleos Pedagógicos. O quadro de pessoal é constituído de 1.431 servidores, distribuído em 660 professores e 454 técnico-administrativos efetivos, 298 professores e 19 técnico-administrativos contratados. Já o quadro de docentes da UNEMAT é constituído de 132 doutores, 417 mestres e 409 graduados. Atualmente mantêm afastados para qualificação *Stricto Sensu* 05 docentes e 05 técnico-administrativos em cursos de Mestrado e 58 docentes em programas de doutoramento nas diversas áreas do conhecimento, em instituições brasileiras de ensino superior. Encontram-se em desenvolvimento na UNEMAT 115 projetos de pesquisa e 106 de extensão, envolvendo professores-pesquisadores e alunos bolsistas. A Universidade do Estado de Mato Grosso dispõe nos municípios sede dos Campi Universitários (13 campi e 17 núcleos pedagógicos) de instalações físicas próprias, alugadas ou cedidas, perfazendo um total de 368.685,06 m² de área física e 54.253,86 m² de área construída. Conta com Bibliotecas central, regional e setorial, com um acervo bibliográfico de 304.260 títulos/exemplares, 53 laboratórios nas diversas áreas do conhecimento. A UNEMAT encontra-se ainda, interligada – em rede inter-campi – e conectada à Rede Mundial de Informação e Comunicação.

Neste cenário, a UNEMAT está presente em 108 dos 141 municípios mato-grossenses, com 13 campi e 14 núcleos pedagógicos. Cerca de quinze mil acadêmicos são atendidos em 89 cursos de oferta contínua e modalidades diferenciadas oferecidas em todo Estado, com 12 (doze) cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, sete (07) mestrados institucionais, três (03) mestrados profissionais, um (01) mestrado multicampi, um (01) mestrado interinstitucional, dois (02) doutorados institucionais, dois (02) doutorados interinstitucionais, três (03) doutorados acadêmicos em rede e especializações, que fornecem acesso e uma formação profissional e humanitária aos jovens mato-grossenses de parca qualificação profissional. Além disso, possui 3 programas inovadores na área de formação, como são os casos das 4 turmas dos Cursos de Licenciatura Específicos para Formação de Professores Indígenas (Terceiro Grau Indígena), que qualifica professores de 30 etnias do Estado e 14 de outros estados da Federação. Dentre os 89 cursos, 12 são ofertados pelo sistema UAB: Bacharelado em Administração Pública; Bacharelado em Ciências Contábeis; Bacharelado em Turismo; Bacharelado em Sistema de Informação; Licenciatura em Artes Visuais; Licenciatura em Letras Habilitação em Língua Portuguesa e Espanhol; Licenciatura em Letras Habilitação em Língua Portuguesa e Inglês; Licenciatura em Ciência Biológicas; Licenciatura em Geografia; Licenciatura em História; Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Pedagogia.



1.2 Atos jurídico-administrativos do curso de Bacharelado em Administração Pública

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema nacional de Educação Superior a Distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando consecução e fomento dos cursos da UAB, e, consequentemente, democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a UNEMAT oferece o Curso de Bacharelado em Administração Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

1.3 Fundamentação legal do Projeto Pedagógico de Curso

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução n. 1, de 13 de Janeiro de 2014;
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Instrução Normativa 003/2019 – UNEMAT;
- Resolução 011/2020- Ad Referendum CONEPE.

As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X. concepção e composição das atividades complementares; e



XI. inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na

Especificamente, o curso de Administração Pública a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Polos presenciais e número de vagas ofertadas:

Município Polo	N. de Vagas
Alto Araguaia	30
Arenápolis	30
Cáceres	30
Ribeirão Cascalheira	30
São Félix do Araguaia	30

1.4 Fundamentação teórico-metodológica

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal. 11

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.



Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, também, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

É preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública em todo o Brasil de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente através da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.

1.5 Objetivos

Objetivo Geral:

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos do curso são:

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;
- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
- IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;
- V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
- VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
- VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.



1.6 Perfil do egresso

O curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Mato Grosso está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso de Bacharelado em Administração Pública proposto pela Universidade do Estado de Mato Grosso deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Sendo assim, o curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

- I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- V. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VI. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- VII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança,



participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;

IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

IV. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;

V. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;

VI. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;

VII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

VIII. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IX. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e

X. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

2 METODOLOGIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2.1 Estrutura Administrativa Pedagógica

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”.

Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:



- ✓ **o estudante:** estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- ✓ **professores autores:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs);
- ✓ **professores formadores:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- ✓ **tutores:** bacharéis em Administração, ou em áreas afins. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”; e **equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

2.2 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Bacharelado em Administração Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;



- e-mail.

2.3 Encontros presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo.

3 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
- IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.
- V. Os conteúdos de formação profissional contemplam:
- VI. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- VII. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos; III. disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.
- VIII. Os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares.
- IX. As disciplinas eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima.

3.1 Formação teórica articulada com a prática

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas) e ao Estágio Supervisionado (180 horas), totalizando 2.850 horas;
- II. Optativa – compreende as disciplinas de Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter



aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos Módulos III, IV e VIII;

III. Eletiva – conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional, totalizando 60 horas;

IV. Creditação de Extensão – demais atividades do curso totalizando 300 horas, conforme regulamento próprio da UNEMAT. Os projetos de extensão serão elaborados anualmente mantendo a relação com as disciplinas estabelecidas no momento.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada a seguir:

I – aula teórica (código T):

II – aula de campo, laboratório e/ou prática como componente curricular (código P):

3.2 Núcleos de formação

Núcleo de estudos de formação geral e humanística

II. Optativa – compreende as disciplinas de Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos Módulos III, IV e VIII;

Núcleo de estudos de formação específica

I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, totalizando 1.740 horas;

Núcleo de estudos complementares/integradores

Conteúdo integrado com a creditação de extensão (300 horas), TCC (120 horas) e ao Estágio Supervisionado (180 horas), Temas Contemporâneos da Gestão Pública I, II e III (90 horas) e Introdução a EaD (30 horas) perfazendo um total de 720 h.

UC 1 – FORMAÇÃO GERAL E HUMANÍSTICA (Grupo I-DEAD)

Área	Disciplina	CH	CRÉDITOS		PRÉ-REQUISITO
			T	P	
Sociologia	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	30	04		Não possui
Sociologia	Ciência Política	30	04		Não possui
Contabilidade	Contabilidade Geral	60	04		Não possui
Direito	Direito Administrativo	60	04		Não possui
Economia	Economia Brasileira	60	04		Não possui
Filosofia	Filosofia e Ética	60	04		Não possui
Direito	Instituições de Direito Público e Privado	60	04		Não possui
Economia	Introdução à Economia	60	04		Não possui
Economia	Macroeconomia	60	04		Não possui
Letras	Métodos e técnicas de estudos	30	02		Não possui
Psicologia	Psicologia Organizacional	60	04		Não possui
Sociologia	Sociologia Organizacional	60	04		Não possui
Administração	Teorias da Administração I	60	04		Não possui
Computação	Introdução a EaD	30	02		
SUBTOTAL DA CARGA HORÁRIA		720			



	OPTATIVAS (*)				
Letras	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	30	04		Optativa I
Letras	Redação Oficial	30	04		Optativa I
Administração	Gestão de Operações e Logística I	30	04		Optativa II
Administração	Marketing e Sociedade	30	04		Optativa II
Direito	Direito e Legislação Tributária	30	04		Optativa III
Administração	Tópicos especiais de gestão municipal	30	04		Optativa III
	TOTAL C.H. – UC 1	810			

(*) Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos Módulos III, IV e VIII;

UC 2 – FORMAÇÃO ESPECÍFICA (GRUPO II)

Área	Disciplina	CH	CRÉDITOS		PRÉ-REQUISITO
			T	P	
Administração	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	60	04		
Administração	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	60	04		
Contabilidade	Auditoria e controladoria	60	04		
Administração	Administração Pública	60	04		
Administração	Administração Pública Brasileira	60	04		
Contabilidade	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60	04		
Administração	Cooperação Internacional	60	04		
Administração	Decisão e Informação na Gestão Pública	60	04		
Administração	Empreendedorismo governamental	30	02		
Matemática	Estatística Aplicada à Administração	60	04		
Administração	Estratégia nas Organizações Públicas	60	04		
Administração	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60	04		
Administração	Gestão da qualidade no Setor Público	30	02		
Administração	Gestão de Pessoas no Setor Público	60	04		
Administração	Gestão de Projetos Públicos	60	04		
Administração	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	30	02		
Administração	Gestão do Conhecimento	60	04		
Administração	Gestão Social e Participação Popular	60	04		
Administração	Governo Eletrônico	30	02		
Administração	Inovação na Administração Pública	60	04		
Contabilidade	Licitação, Contratos e Convênios	60	04		
Matemática	Matemática Financeira	30	04		
Matemática	Matemática para Administradores	60	04		
Administração	Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	60	04		
Administração	Negociação e Arbitragem	60	04		
Contabilidade	Orçamento Público	60	04		
Administração	Organização, Sistemas e Métodos	60	04		
Administração	Planejamento Governamental	60	04		
Administração	Políticas Públicas	60	04		
Administração	Regulação de Serviços Públicos	30	04		
Administração	Responsabilidade Social e Terceiro	60	04		



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



	Setor				
Administração	Teoria das Finanças Públicas	60	04		
	SUBTOTAL DA CARGA HORÁRIA	1.740			
ELETIVAS (*)		CH			
Eletiva I - Tópicos especiais em Administração Pública I		30			
Eletiva II - Tópicos especiais em Administração Pública II		30			
TOTAL C.H – UC 2		1800			

(*) Conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional, totalizando 60 horas;

UC 3 – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR/INTEGRADORA (GRUPO III)					
Área	Disciplinas	C.H	CRÉDITOS		PRÉ-REQUISITO
			T	P	
Administração	Estágio Curricular Supervisionado I	60	00	04	
Administração	Estágio Curricular Supervisionado II	60	00	04	
Administração	Estágio Curricular Supervisionado III	60	00	04	
Administração	TCC I	60	01	03	
Administração	TCC II	60	00	04	
Administração	Temas Contemporâneos da Gestão Pública I	30	02	00	
Administração	Temas Contemporâneos da Gestão Pública II	30	02	00	
Administração	Temas Contemporâneos da Gestão Pública III	30	02	00	
	Creditação de extensão	300			
	TOTAL C. H.	690			

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
UC 1 – FORMAÇÃO GERAL E HUMANÍSTICA	810	24%
UC 2 – FORMAÇÃO ESPECÍFICA	1800	55%
UC 3 – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR/INTEGRADORA (*)	690	21%
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	3.300	100%

(*) Carga horária considerando a 10% da creditação de extensão.

Cabe destacar que das 3.300h da Carga Horária Total do Curso, serão financiadas pela CAPES 3.000h. As 300h correspondentes à creditação da extensão serão custeadas pela UNEMAT, uma vez que os projetos de creditação da extensão poderão ocorrer em conjunto com outros cursos. Além disso, é permitido ao estudante da Unemat, vinculado a qualquer curso, participar de quaisquer ACEs, mantidas pelas IES, respeitados os critérios especificados nas normas pertinentes, conforme determina a Resolução 011/2020 – CONEPE – AD REFERENDUM.

3.3 Equivalência de Matriz

EQUIVALÊNCIA DE MATRIZ

MATRIZ ANTIGA		MATRIZ ATUAL	
DISCIPLINAS	C. H.	DISCIPLINAS	C. H.
Filosofia e Ética	60	Filosofia e Ética	60
Teorias da Administração I	60	Teorias da Administração I	60



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



Introdução à Economia	60	Introdução à Economia	60
Psicologia Organizacional	60	Psicologia Organizacional	60
Metodologia de Estudo e Pesq. em Adm.	60	Metodologia de Estudo e Pesq. em Adm.	60
Seminário Integrador	30		
-----		Métodos e Técnicas de estudo	30
-----		Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	30
-----		Introdução à EaD	30
Ciência Política	60	Ciência Política	30
Teorias da Administração II	60	Administração Pública Brasileira	60
Macroeconomia	60	Macroeconomia	60
Contabilidade Geral	60	Contabilidade Geral	60
Matemática para Administradores	60	Matemática para Administradores	60
Seminário Temático I	30	Temas Contemporâneos a Gestão Pública I	30
Teorias da Administração Pública	60	Administração Pública	60
Sociologia Organizacional	60	Sociologia Organizacional	60
Economia Brasileira	60	Economia Brasileira	60
Contabilidade Pública	60	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60
Instituições de Direito Público e Privado	60	Instituições de Direito Público e Privado	60
Seminário Temático II	30	Temas Contemporâneos a Gestão Pública II	30
		Matemática Financeira	60
Teorias das Finanças Públicas	60	Teorias das Finanças Públicas	60
Organização, Processos e Tomada Decisão	60	Organização, Processos e Tomada Decisão	60
Sistemas de Inf. e Com. no Setor Público	60		
Estatística Aplicada à Administração	60	Estatística Aplicada à Administração	60
Direito Administrativo	60	Direito Administrativo	60
Seminário Temático III	30	Temas Contemporâneos a Gestão Pública III	30
Planejamento e Prog. na Adm. Pública	60	Planejamento Governamental	60
Gestão de Pessoas no Setor Público	60	Gestão de Pessoas no Setor Público	60
Gestão de Operações e Logística I	60	-----	
Matemática Financ. e Análise de Invest.	60	-----	
Legislação Tributária e Comercial	60	-----	
Seminário Temático I na LFE I, II ou III	30	Trabalho de Conclusão de Curso I	60
Seminário Temático II na LFE I, II ou III	30		
Estágio Curricular Supervisionado I	60	Estágio Curricular Supervisionado I	60
Orçamento Público	60	Orçamento Público	60
Administração Estratégica	60	Estratégia nas Organizações Públicas	60
Gestão de Operações e Logística II	60	-----	
Elaboração e Gestão de Projetos	60	-----	
Eletiva I	30	-----	
Estágio Supervisionado II	60	Estágio Curricular Supervisionado II	60



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



Auditoria e Controladoria	60	Auditoria e Controladoria	60
Negociação e Arbitragem	60	Negociação e Arbitragem	60
Tecnologia e Inovação	60	-----	
Eletiva II	60	-----	
Gestão da Regulação	30	Regulação de Serviços Públicos	30
Seminário Temático III na LFE I, II ou III	30	Trabalho de Conclusão de Curso II	60
Seminário Temático IV na LFE I, II ou III	30		
Estágio Supervisionado III	60	Estágio Curricular Supervisionado III	60
Políticas Públicas e Sociedade	60	Políticas Públicas	60
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60
Relações Internacionais	60	Cooperação Internacional	60
Eletiva III	60	-----	
Estágio Supervisionado IV	120	-----	

1º MÓDULO	2º MÓDULO	3º MÓDULO	4º MÓDULO	5º MÓDULO	6º MÓDULO	7º MÓDULO	8º MÓDULO
360 h/a	390 h/a	390 h/a	360 h/a	390 h/a	390 h/a	390 h/a	330 h/a
Filosofia e Ética	Instituições de Direito Público e Privado	Administração Pública Brasileira	Direito Administrativo	Estratégia nas Organizações Públicas	Gestão de Projetos Públicos	Auditoria e Controladoria	Responsabilidade Social e terceiro Setor
Teorias da Administração I	Contabilidade geral	Estatística Aplicada à Administração	Planejamento Governamental	Gestão de pessoas no Setor Público	Orçamento Público	Regulação de Serviços Públicos	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Políticas Públicas	Negociação e Arbitragem	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública
Métodos e técnicas de estudos	Matemática para Administradores	Teoria das Finanças Públicas	Organização, Sistemas e Métodos	Economia Brasileira	Licitação, Contratos e Convênios	Inovação na Administração Pública	Empreendedorismo Governamental
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	Administração Pública	Matemática Financeira	Decisão e Informação da Gestão Pública	Governo Eletrônico	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Gestão da qualidade no Setor Público	Cooperação Internacional
Psicologia Organizacional	Sociologia Organizacional	Gestão Social e Participação Popular	Optativa II	Gestão do Conhecimento	Eletiva I – Tópicos especiais em Administração Pública I	Eletiva II - Tópicos especiais em Administração Pública II	Optativa III
Ciência Política		Optativa I					
Introdução à EaD	Temas Contemporâneos na Gestão Pública I	Temas Contemporâneos na Gestão Pública II	Temas Contemporâneos na Gestão Pública III			TCC I	TCC II
				Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	

3.4 Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação

Com o objetivo de despertar nos discentes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços, dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento



de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.

3.5 Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado, totalizando 180 horas correspondentes a 6% do total de carga horária do curso, será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio da UNEMAT, norteado pela Resolução nº 028/2012 – CONEPE/UNEMAT

As atividades de Estágio Supervisionado serão realizadas durante os Módulos V, VI e VII, e poderão contribuir na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas as disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II. Vale destacar, que primeiramente os alunos irão vivenciar dois semestres 5º e 6º respectivamente nas atividades de Estágio Supervisionados V e VI e que possibilitarão apresentar trabalhos que de fato irão contribuir com o município que estão desenvolvendo suas atividades.

Assim, Pesquisa e Estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

A distribuição das atividades obedecerá ao cronograma abaixo descrito:

SEMESTRE	ATIVIDADES
Estágio Supervisionado I – 5º Semestre	Definição da organização para estagiar. Formalização do Plano de Atividades, Termo de Compromisso. Observação das rotinas administrativas e Procedimentos. Entrega dos documentos do Estágio.
Estágio Supervisionado II – 6º Semestre	Análise e interpretação dos dados diagnosticados. Entrega do 1º relatório.
Estágio Supervisionado III – 7º Semestre	Apresentação do relatório final.

Caberá ao Professor a orientação aos alunos sobre a execução do Estágio Curricular. Caberá aos Tutores a Distância a correção e acompanhamento quanto as atividades enviadas pelos alunos. Caberá aos Tutores Presenciais a intermediação com as organizações campo de Estágio, quando solicitado pelo aluno e desde que seja no Polo de atuação.

3.6 Trabalho de Conclusão de Curso

Para contribuir também com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso o Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de administração.

O trabalho de conclusão de curso está previsto sua realização no 7º e 8º semestre, com a carga horária de 60h respectivamente. O estudante realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da Administração Pública. Os resultados desse estudo serão apresentados durante os encontros presenciais.



O Estágio Supervisionado I e II (5º e 6º semestre), irão servir de base para o diagnóstico dos alunos na escolha da Linha de Formação e posteriormente no desenvolvimento do trabalho de conclusão que irá se realizar no 7º e 8º semestre. Com isso, quando o aluno chegar na disciplina de TCC I (7º sem.) ele terá condição de escolher as Linhas de Formação Específica I, II e III para o desenvolvimento do seu Trabalho final. As Linhas de formação Específica estão sobre o campo da LFE I (área da saúde), da LFE II (área da gestão municipal) e da LFE III (área da gestão governamental), o que possibilitará a compreensão macro da Linha de Formação a ser escolhida.

No Trabalho de Conclusão I (TCC I) no 7º semestre (60h), o estudante fará opção por uma das LFE's que irá dirigir sua formação, elaborando um projeto de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura. As etapas que deverão ser desenvolvidas no projeto de pesquisa nessa etapa, são: Elaboração do Pré-Projeto de Artigo, que deverá conter claramente: Introdução, Justificativa, Objetivos, Revisão Bibliográfica, Metodologia e Cronograma.

No Trabalho de Conclusão II (TCC II) no 8º semestre (60h), o estudante deverá executar sua proposta de pesquisa no 7º semestre, analisando e interpretando os dados, concluindo seu trabalho.

O estudante desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de Artigo Científico ou monografia, conforme Resolução 030/2012 – CONEPE e instrução normativa da DEAD.

Os alunos irão desenvolver a produção Técnico-Científica em formato de Artigo Técnico-Científico ou Tecnológico. O Artigo Tecnológico é uma modalidade de trabalho que visa oportunizar a divulgação de resultados decorrentes de trabalhos de natureza prática e aplicada, relativo a todas as áreas da administração. Um relato tecnológico não tem por objetivo descrever e/ou apresentar de forma simples ações desenvolvidas ou ocorrências nas organizações/setores/ambientes de atuação, tampouco constituir-se em um relatório gerencial. Apesar de seu caráter prático e aplicado, sua base é científica e, portanto, deve pautar-se nas bases da ciência. O foco de um relato tecnológico na área de Administração pode abranger o desenvolvimento de novas soluções para problemas conhecidos, novas soluções para novos problemas, ampliação de soluções conhecidas para novos problemas ou aplicação de soluções conhecidas para problemas conhecidos, desde que esses últimos tragam novos insights para a prática.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral. Ao final do curso, os alunos deverão apresentar os resultados através de um evento de extensão e poderão encaminhar o trabalho para eventos como ENANPAD, SEMEAD, FIA, entre outros.

A divisão das Linhas e Atividades estão dispostas abaixo:



Disciplina	7º Semestre Trabalho de Conclusão de Curso I :	8º Semestre S Trabalho de Conclusão de Curso II :
Linha 1 – Gestão Pública em Saúde. Ênfase nas áreas da saúde pública.	Elaboração do Pré-Projeto de Artigo. Introdução. Justificativa. Objetivos. Revisão Bibliográfica; Metodologia. Cronograma.	Análise e interpretação dos dados da pesquisa. Considerações Finais/Conclusão. Com base na Proposta de Intervenção ou melhoria.
Linha 2 – Gestão Municipal. Ênfase nas Escolas Públicas, Prefeitura e Câmara dos Vereadores.		
Linha 3 – Gestão Governamental. Ênfase nas Fundações, Autarquias e Terceiro Setor (ONG's e OSS).		
Atividade a Ser Cobrada	Esboço do artigo.	Apresentação do artigo em evento de extensão.

Caberá ao Professor da disciplina, a orientação e facilitação sobre os procedimentos a serem adotados, modelos a serem seguidos e dúvidas quanto à elaboração do trabalho. Caberá aos professores e Tutores a Distância o papel de Orientadores quanto a conteúdo e formatação dos trabalhos. Caberá aos Tutores presenciais o papel de fiscalizar o cumprimento dos prazos/etapas e envio das atividades, bem como entrar em contato com o orientador, caso o aluno tenha alguma dificuldade.

3.7 Das ações de extensão

O Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, cumpre o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considerando a necessidade de promover e creditar as práticas de Extensão universitária e garantir as relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais da Universidade e da sociedade, esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e na Política de Extensão e Cultura da Unemat de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso de Administração Pública.

A creditação de Extensão é definida como o registro de atividades de Extensão no Histórico Escolar, nas diversas modalidades extensionistas, com escopo na formação dos alunos. Para fim de registro considera-se a Atividade Curricular de Extensão – ACE - a ação extensionista institucionalizada na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Unemat, nas modalidades de projeto, curso e evento, coordenado por docente ou técnico efetivo com nível superior. As ACE's fazem parte da matriz curricular deste PPC e compõe, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular. Este curso de Administração Pública garante ao discente a participação em quaisquer atividades de Extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades curriculares de extensão (ACE's), nas seguintes modalidades:

- I. Em projetos de Extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- II. Em cursos, na organização e/ou como ministrantes;
- III. Em eventos, na organização e/ou na realização.

As ACE's serão registradas no histórico escolar dos discentes como forma de seu reconhecimento formativo, e deve conter título, nome do coordenador, IES de vinculação, período de realização e a respectiva carga horária.



3.8 Avaliação

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- ✓ durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- ✓ durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- ✓ ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

O cálculo da média final de cada disciplina é dado pela seguinte fórmula: atividades Presenciais possuem peso de sessenta por cento (60%) e as atividades EaD possuem peso de quarenta por cento (40%).



4. EMENTÁRIO

MODULO I

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: FILOSOFIA E ÉTICA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	4	-	-	60
Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.				
CHAUI, Marilena. Iniciação à Filosofia . São Paulo: Editora Ática, 2017.				
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia : dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.				
SERRANO, Pablo Jimenez. Ética e Administração Pública . Rio de Janeiro: Alinea, 2017.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna . Petrópolis: Editora Vozes, 1994.				
HADOT, Pierre. O que é a filosofia antiga? 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.				
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética : de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.				
VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.				
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . São Paulo: Martin Claret, 2001.				

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	4	-	-	60
EMENTA				



O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. **Administração**: Elementos essenciais para a gestão das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2015.
MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração**. São Paulo: Cengage, 2017.
LODI, João Bosco. **História da Administração**. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.
MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **A Companhia**: História de uma ideia revolucionária. São Paulo: Objetiva, 2003.
MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional**: A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.
TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de Administração Pública Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: **INTRODUÇÃO A ECONOMIA**

PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI

DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	4	-	-	60

EMENTA

Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.

BIBLIOGRAFIA

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.
MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. Introdução à Economia. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: **MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS**

PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI

DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30

EMENTA

Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA

BERNABE, Tierno. As melhores técnicas de estudo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

[ISKANDAR](#), Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. Introdução às técnicas do trabalho intelectual. Araraquara: UNESP, 1989.

ELSON, Adalberto Teixeira. Leitura dinâmica e memorização. São Paulo: Cultura, 2008.

GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2016.



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30
EMENTA				
Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. Texto para discussão , Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003. CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil: o longo caminho . São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001. IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. Políticas Sociais: acompanhamento e análise , Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização . Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000. HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil . Rio de Janeiro: IPEA, 2000. PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas e questões . São Paulo: Cortez, 2008. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça . Rio de Janeiro: Campus, 1979. SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). Democracia, Mercado e Estado . O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	4	-	-	60
EMENTA				
Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.				
BIBLIOGRAFIA				
BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). Psicodinâmica do trabalho : contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014. CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização : dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil . Porto Alegre: Artmed, 2014				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BERGAMINI, Cecília W. Liderança : Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicodinâmica da Vida Organizacional . São Paulo: Atlas, 1997. DEJOURS, Christophe. A Loucura do trabalho : estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho . São Paulo: Campus, 2009. SCHEIN, Edgard H. Psicologia organizacional . Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30
EMENTA				
O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro : uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007. PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública : Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
NICOLAU, Jairo. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. RIBEIRO, João Ubaldo. Política : quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010. SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento . São Paulo: Hucitec, 2010. TAYLOR, Esteven L. Política : cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016. WEBER, Max. Economia e Sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30
EMENTA				
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS, 2010.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015. MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2011. SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010. SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.				



MÓDULO II

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: INSTITUIÇÃO DO DIREITO PÚBLICO E PRIVADO				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	4	-	-	60
EMENTA				
Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018. DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). Instituições de Direito Público e Privado . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado . São Paulo: Saraiva, 2017.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado . 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional . 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo . 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	4	-	-	60
EMENTA				
Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apuração do Resultado do Exercício.				
BIBLIOGRAFIA				
IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações : (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008. IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. Contabilidade introdutória . 11. edição, São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos . São Paulo: Atlas, 2010.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos . Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos . Acesso em: 2 jun. 2017. MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FIECAFI: Atlas, 2013. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral . Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017. SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. Curso de Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 2015.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: MACROECONOMIA PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	4	-	-	60
EMENTA				
Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.				
BIBLIOGRAFIA				
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017. KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Macroeconomia . 3. ed. São Paulo: Elsevier: Campos, 2015. MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia : teorias e aplicações à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006. DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. Macroeconomia . 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda : inflação e deflação. São Paulo: Atlas, 1990. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de Macroeconomia : básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2008. SAMPAIO, Luiza. Macroeconomia : esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	4	-	-	60
EMENTA				
Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhlé H. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade . Porto Alegre: Bookman, 2012.				
SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.				
TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia . São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. Mathematics For Business : Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.				
CLEDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. Business Mathematics . 13. ed. Pearson, 2014.				
GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade . Porto Alegre: Bookman, 2007.				
TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia . São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, <i>Accountability</i> e <i>responsiveness</i> : as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública . 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). Handbook de administração Pública . Lisboa: Ina Editora, 2013. PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública : Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI. In: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. Documento aprobado . Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view . Acesso em: 10 dez. 2020. FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer . Oxford: Westview Press, 2011. PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública : teoria e questões. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018. PASCARELLI FILHO, Mário. A nova administração Pública : Profissionalização eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011. WILSON, Woodrow. The Study of Administration. Political Science Quarterly, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. Classics of Public Administration . 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	4	-	-	60
EMENTA				
O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração . 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. Manual de Psicossociologia das Organizações . Rio de Janeiro: Escolar, 2011.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização . São Paulo: Atlas, 1992. LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral . 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999. LANER, Aline; CRUZ JUNIOR, João Benjamim. Repensando as organizações : da formação à participação. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004. JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. Sociologia das organizações : conceitos, relatos e casos. São Paulo: Cengage, 2018. OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologias das organizações . São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular III - Formação Complementar/Integradora	2	-	-	30
EMENTA				
Análise de questões relevantes e atuais relacionadas à área de Administração Pública discutidas previamente com a coordenação do curso, professor da disciplina e acadêmicos, homologados pelo Colegiado de curso.				
BIBLIOGRAFIA				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				



MÓDULO III

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e <i>ninguendade</i> . Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
BRESEER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. COSTIN, Claudia. Administração Pública . São Paulo: Elsevier, 2010. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BRESEER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). Reforma do estado e administração pública gerencial . Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998. JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local : Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados . São Paulo: Qualitymark, 2008. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública : limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro : a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial . São Paulo: Atlas, 2013. BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. Estatística para Ciências Humanas . 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc. Introdução à Estatística : enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2009. LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. Estatística Teoria e Aplicações . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. LOESCH, Claudio. Probabilidade e Estatística . São Paulo: LTC, 2013. MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e a sua prática . 6. ed. São Paulo: LTC, 2014 TRIOLA, Mario. F. Introdução à Estatística . 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas . 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público : abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público . Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público . 7. ed. Brasília: STN, 2017. CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo os Resultados Fiscais . Brasília: Gestão Pública Ed., 2015. FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público : Do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público . Brasília: Gestão Pública Ed., 2015. FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto. Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público . Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, <i>déficits</i> e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
GIACOMONI, James. Orçamento público . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017. GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas : teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. Finanças públicas : Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. Economia do Setor Público no Brasil . 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. GRUBER, Jonathan. Finanças Públicas e Política Pública . São Paulo: LTC, 2008. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas : A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. REZENDE, Fernando. Finanças públicas . São Paulo: Atlas, 2015. REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). A reforma esquecida : orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças Públicas . Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	2	--	-	30
EMENTA				
Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações . São Paulo: Atlas, 2016. FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). Introdução a matemática Financeira . Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática Financeira: com HP 12C e Excel . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. FERREIRA, Roberto G. Matemática Financeira Aplicada . São Paulo: Atlas, 2014. TOSI, Armando José. Matemática financeira: com utilização da HP-12C . 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009. VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
BEZERRA, Marcos Otavio. Política, Governo e participação popular : conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012. BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: BORDIEU, Pierre. Razões Práticas : sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 2001. FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social : casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social . Brasília: Editora UnB, 2016. FISCHER, Tânia. Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais : marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003. PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. Gestão Social e Gestão Pública : Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011. TENÓRIO, Fernando G. Gestão social : metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções : os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular III - Formação Complementar/Integradora	2	-	-	30
EMENTA				
Análise de questões relevantes e atuais relacionadas à área de Administração Pública discutidas previamente com a coordenação do curso, professor da disciplina e acadêmicos, homologados pelo Colegiado de curso.				
BIBLIOGRAFIA				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				



MÓDULO IV

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico- Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . São Paulo: Atlas, 2012. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo . São Paulo: Malheiros, 2014.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. Princípios constitucionais dos servidores públicos . São Paulo: Saraiva, 1999. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Direito Administrativo . 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo . São Paulo: Saraiva, 2018. MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CARDOSO JR., José Celso (org.). A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil . Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf . GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental . Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213 . Acesso em: 10 dez. 2020. LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil . São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BANCO MUNDIAL. Monitorização e avaliação : algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão . Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008. BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável . Brasília: MEPE/INCRA/IICA, 1999. KON, Anita. Planejamento no Brasil II . São Paulo: Perspectiva, 1999. MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. Documento aprobado . Panamá: CLAD/MEF, 2013.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.				
RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas . 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.				
VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender . São Paulo: Atlas, 2008.				
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.				
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . Petrópolis: Vozes, 2002.				
SALOMON, Dêlcio Vieira. Como fazer uma monografia . 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.				
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos . São Paulo: Atlas, 2015.				
CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos : administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos : uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional . São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.				
ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional . São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.				
D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, sistemas e métodos . São Paulo: Atlas, 2001.				
PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Fases da decisão : as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.				
GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial : enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CASSARRO, Antonio Carlos. Sistemas de Informação para tomada de decisões . São Paulo: Pioneira, 2011.				
LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais . São Paulo: Editora Person, 2014.				
SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Sistemas de Informação na Administração Pública . Rio de Janeiro: Revan, 2005.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
MELO, Ivo Soares. Administração de sistemas de informação . São Paulo: Pioneira, 2006.				
O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet . São Paulo: Saraiva, 2011.				
ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento . São Paulo: Cengage, 2012.				
STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial . São Paulo: LTC, 2016				
STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva . São Paulo: Saraiva, 2005.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular III - Formação Complementar/Integradora	2	0	-	30
EMENTA				
Análise de questões relevantes e atuais relacionadas à área de Administração Pública discutidas previamente com a coordenação do curso, professor da disciplina e acadêmicos, homologados pelo Colegiado de curso.				
BIBLIOGRAFIA				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				



MÓDULO V

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.				
BIBLIOGRAFIA				
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de Estratégia : Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2007. MOORE, Mark H. Criando Valor Público : gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico : Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica . São Paulo: Atlas, 1987. KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Alinhamento : Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). Estratégia : A Busca da Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998. THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. Administração estratégica . 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração Estratégica : Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública . Rio de Janeiro: QualityMark, 2007. LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos – PRH : conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007. PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). Gestão de pessoas : bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ARAÚJO, Luís Cesar G. de. Gestão de pessoas : estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008. BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos . 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010. DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações : papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008. SENGE, Peter M. A quinta disciplina : arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016. ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência : por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de materiais . Brasília: ENAP, 2015. FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços : operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais . 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. Administração de Operações de Serviço . São Paulo: Atlas, 2002. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. VIANA, João José. Administração de materiais : um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ECONOMIA BRASILEIRA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). Economia brasileira contemporânea . São Paulo: Saraiva, 2016. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Economia brasileira . São Paulo: Saraiva, 2013.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso : cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992. BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira . São Paulo: Alínea, 2007. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2016. REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Formação econômica do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2011. WERNER, Baer. A economia brasileira . 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: GOVERNO ELETRÔNICO				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	2	-	-	30
EMENTA				
Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil . Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf . GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. Governar em rede: o novo formato do setor público . Brasília: ENAP, 2006. PINHO, José Antonio Gomes de (org.). Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas . Salvador: UFBA, 2012.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013 . São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.. FOUNTAIN, Jane E. Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional . Brasília: ENAP, 2005. GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. Cadernos EBAPE.BR , v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. e- Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e Programa e-Brasil . São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007. VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã . Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série Debates n. 24, p. 13-26.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: GESTÃO DO CONHECIMENTO				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.				
BARBIERI, Luiz Fernando S. Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: UFF, 2009.				
BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública. Brasília: IPEA, 2012.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ANGELONI, Maria Terezinha (org.). Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.				
DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Inteligência pública na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.				
GATTONI, Roberto Luís Capuruço. Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.				
PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007.				
TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRIULAR SUPERVISIONADO I				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular III - Formação Complementar/Integradora	-	4	-	60
EMENTA				
Definição da organização para estagiar. Formalização do Plano de Atividades, Termo de Compromisso. Observação das rotinas administrativas e Procedimentos. Entrega dos documentos do Estágio.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				



MÓDULO VI

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. <i>Softwares</i> para o gerenciamento de projetos.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CLEMENTE, Ademir (org.). Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 2008. CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais : avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. Gestão de projetos : uma abordagem global. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). Gerenciamento de Projetos na Prática : Casos brasileiros. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013. CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos . 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. Gestão de Programas e Projetos Públicos . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. GENARI, Breno. Introdução ao PERT básico . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf . Acesso em: 10 dez. 2020. PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos . 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ORÇAMENTO PÚBLICO				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas : fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013. GIACOMONI, James. Orçamento público . 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental . Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213 .				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. Anais [...] , Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf . Acesso em: 10 dez. 2020. FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados , Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003. GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas , n. 23, p. 7-70, 2001. LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas , n. 26, p. 5-15, 2003. REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. Disciplina fiscal e qualidade do gasto público . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática . Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas . Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos . Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf . Acesso em: 10 dez. 2020.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise . 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHÉ Marta; MARQUES, Eduardo (org.). Políticas públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo . Petrópolis: Vozes, 2005. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias , Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos . 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.				
MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos . 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.				
TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios . Curitiba: Juruá, 2016.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.				
FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos . 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.				
GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.				
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.				
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	04	-	-	60
EMENTA				
Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de política públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
BANCO MUNDIAL. Monitorização e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004. MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. Metodologia de avaliação em políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007. SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2012. e- book.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998. ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. <i>In</i>: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55. BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de Programas Sociais. São Paulo: Veras, 2000.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ELETIVA I – TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2			30
EMENTA				
Conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular III - Formação Complementar/Integradora	-	4	-	60
EMENTA				
Análise e interpretação dos dados diagnosticados no 5º semestre. Entrega do 1º relatório.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				



MÓDULO VII

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: AUDITORIA E CONTROLADORIA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria : abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. Auditoria governamental : uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ARAÚJO, Inaldo. Auditoria Governamental : em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria governamental . Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D . Acesso em: 10 dez. 2020. CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. SILVA, Moacir Marques da. Curso de auditoria governamental . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de auditoria governamental . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	2	-	-	30
EMENTA				
Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico . 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012. COUTINHO, Diogo R. Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos . São Paulo: Saraiva, 2014. GUERRA, Sérgio. Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede . Belo Horizonte: Fórum, 2012.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ARAGÃO, Alexandre Santos de. A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojeto de Lei . Porto Alegre: ABAR, 2004. Disponível em: http://abar.org.br/?mdocs-file=47701 . Acesso em: 10 dez. 2020. ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos . Rio de Janeiro: Forense, 2013. CAMARGO, Ricardo A. L. Agências de regulação no ordenamento jurídico- econômico brasileiro . Porto Alegre: Fabris, 2000. CARDOSO, Henrique Ribeiro. O Poder Normativo das Agências Reguladoras . Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017. PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e mercados . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e <i>feedback</i> . Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. Negociação e administração de conflitos . 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. Novos temas de arbitragem . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). Mediação, conciliação e arbitragem . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BARCELLA, Roberto Portugal. Mediação e Arbitragem . São Paulo: Saraiva, 2016. CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem : mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011. HIRATA, Renato H. Estilos de negociação : as oito competências vencedoras. São Paulo: Saraiva, 2007. LEITE, Jaci Corrêa. Negociação . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem . 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012. SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem : Mediação e Conciliação. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil . Brasília: ENAP- IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31178 .				
CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos . São Paulo: Atlas, 2009.				
FIGUEIREDO, Paulo N. Gestão da Inovação: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). Inovação na Gestão Pública . São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.				
JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.				
MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados . São Paulo: Qualitymark, 2008.				
MOTTA, Paulo Roberto. Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.				
OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal . Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	2	-	-	30
EMENTA				
Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Gestão da Qualidade na Administração Pública . São Paulo: Atlas, 2014.				
FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços . Porto Alegre: Bookman, 2014.				
MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. Excelência em gestão pública . Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços . São Paulo: Atlas, 2002.				
JURAN, Joseph M. A qualidade desde o projeto : novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1998.				
MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. Gestão da qualidade . 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.				
MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública : Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.				
VELOSO, Luiz Paulo. QualiCidades : Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: ELETIVA II – TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2			30
EMENTA				
Conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular III - Formação Complementar/Integradora	-	4	-	60
EMENTA				
Fundamentos Epistemológicos, Teóricos e Metodológicos da Pesquisa: conceitos e definições. Procedimentos da pesquisa: conceitos e classificações. Estruturação de projetos de pesquisa.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 6ª edição. Grupo GEN, 07/2017. 9788597012934.				
NOVA, SILVIA, P. C; NOGUEIRA, Daniel R.; LEAL, Edvalda A.; MIRANDA, Gilberto J. Trabalho de conclusão de curso (TCC): uma abordagem leve, divertida e prática . 1ª ed. Editora Saraiva. 2020.				
MARTINS, Gilberto A.; THEÓFILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências				



Sociais Aplicadas. 3ª edição. Grupo GEN, 09/2016. 9788597009088.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social** - Métodos e Técnicas. 4ª edição. Grupo GEN, 10/2017. 9788597013948
SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria Del Pilar B. Metodologia de Pesquisa. 5ª ed. - Grupo A, 2013. 9788565848367.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III**

PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI

DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular III - Formação Complementar/Integradora	-	4	-	60

EMENTA

Elaboração e entrega do relatório final de estágio, contemplando todas as etapas executadas no 5º e 6º semestre.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



MÓDULO VIII

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CABRAL, Eloisa Helena de. Terceiro setor : gestão e controle social. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LACRUZ, Adonai José. Gestão de projetos no terceiro setor : uma aplicação prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. TACHIZAWA, Takeshy. Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. Terceiro setor : História e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006. DRUCKER, Peter F. Administração em organizações sem fins lucrativos : princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994. QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). Um sensível olhar sobre terceiro setor . São Paulo: Summus, 2006. SINGER, Paul. Introdução à economia solidária . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. ZARPELON, Márcio Ivanor. Gestão e responsabilidade social . São Paulo: Qualitymark, 2011.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental : Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Gestão ambiental nas organizações : fundamentos e tendências. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013. BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). Sustentabilidade na Administração Pública : valores e práticas de gestão socioambiental. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial : conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. Gestão ambiental empresarial . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. DIAS, Reinaldo. Sustentabilidade : Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento. São Paulo: Editora Atlas, 2015. FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. Gestão Ambiental : Incentivos, Riscos e Custos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015. PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	2	-	-	30
EMENTA				
Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 2018. GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). Governar em rede: o novo formato do setor público . Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011. PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. Governanças de redes: economia, política e sociedade . Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ANTUNES, Junico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. Práticas de gestão de redes de cooperação . São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010. CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). Redes Sociais e Organizacionais em Administração . Curitiba: Juruá, 2008. CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis M. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde . Rio de Janeiro: FGV, 2011. HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública . São Paulo: UNESP, 2014.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	2	-	-	30
EMENTA				
Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor : desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.				
GERBER, Michael E. Empreender Fazendo a Diferença . São Paulo: Fundamento, 2004.				
REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento Estratégico Municipal : empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
DORNELAS, José. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.				
BANDEIRA, Cynthia. Aprender a Empreender . Juiz de Fora: Esdeva, 2006.				
HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e Estratégia . Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.				
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia : um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.				
SOLONCA, Davi. Gestão por Resultados na Administração Pública . 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 4 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular II - Formação Específica	4	-	-	60
EMENTA				
Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
RICÚPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016 . Rio de Janeiro: Versal, 2017. RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. O que são relações internacionais . São Paulo: Brasiliense, 2012. SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). 30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira . Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf . Acesso em: 10 dez. 2020. DIAS, Reinaldo. Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global . São Paulo: Atlas, 2010. JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais . 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. História das relações internacionais do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2015. ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). Cidades em relações internacionais . São Paulo: Desatino, 2009.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular III - Formação Complementar/Integradora	0	4	-	60
EMENTA				
Desenvolvimento da pesquisa. Técnicas de Coleta dos Dados: Conceito e classificações. Análise dos Dados: estudos qualitativos e quantitativos. Redação e apresentação de trabalho de conclusão.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 6ª edição. Grupo GEN, 07/2017. 9788597012934.				
NOVA, SILVIA, P. C; NOGUEIRA, Daniel R.; LEAL, Edvalda A.; MIRANDA, Gilberto J. Trabalho de conclusão de curso (TCC): uma abordagem leve, divertida e prática. 1ª ed. Editora Saraiva. 2020.				
MARTINS, Gilberto A.; THEÓFILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas . 3ª edição. Grupo GEN, 09/2016. 9788597009088.				
RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas. 4ª edição. Grupo GEN, 10/2017. 9788597013948SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria Del Pilar B. Metodologia de Pesquisa. 5ª ed. - Grupo A, 2013. 9788565848367.				



DISCIPLINAS OPTATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: REDAÇÃO OFICIAL				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30
EMENTA				
Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Manual de Redação . Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República . 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. GOLD, Miriam. Redação Empresarial . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. BUSUTH, Mariangela Ferreira. Redação Técnica Empresarial . 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010. LEDUR, Paulo Flávio. Manual de Redação oficial . 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014. MEDEIROS, João Bosco. Correspondência : técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. Padronização e redação dos atos oficiais . 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30
EMENTA				
Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. Teorias de aquisição da linguagem . 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: ArtMed, 2007.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua . Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf . Acesso em: 17 jul. 2018. FELIPE, Tânia A. LIBRAS em contexto: curso básico . Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007. OLIVEIRA, José Carlos de. Didática e Educação de surdos . Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TI%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf . Acesso em: 10 dez. 2020. QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem . Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico. SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). Bilinguismo dos surdos: Questões linguísticas e educacionais . Goiânia: Cênone Editorial, 2007.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: MARKETING E SOCIEDADE				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30
EMENTA				
Filosofia, papel e impacto do <i>marketing</i> nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do <i>marketing</i> social. O sistema de formação e do planejamento do <i>marketing</i> social. O <i>marketing</i> de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do <i>marketing</i> social.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
DIAS; Sérgio Roberto <i>et al.</i> Gestão de Marketing . São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico. FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de marketing: Teoria e Casos . 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017. KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: Do tradicional ao digital . 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing . 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014. PINTO, Djalma. Marketing: política e sociedade . São Paulo: Companhia dos livros, 2010. LARA, Rodrigo Diniz. Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública . 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. SLOMSKI, Valmor. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública . São Paulo: Editora Atlas, 2008. SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor público. Revista Eletrônica da Administração (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015. Disponível em: http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809 .				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30
EMENTA				
Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial : Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2012. BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. Gestão Logística da Cadeia de Suprimento . 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014. CHRISTOPHER, Martin. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos . 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
CORRÊA, Henrique Luiz. Gestão de Redes de Suprimento . São Paulo: Atlas, 2013. DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e Operações Globais . São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. NOVAES, Antonio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição . Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais : uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30
EMENTA				
Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Interpretação da lei tributária. Tributações e direitos fundamentais: dos direitos sociais aos limites do poder de tributar. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.				
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário . 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.				
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário . 19. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.				
BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR . 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.				
CASSONE, Vittorio. Interpretação do Sistema Tributário Nacional e o STF: Teoria e Prática . São Paulo: Atlas, 2012.				
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.				
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário . 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.				



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL				
PRÉ-REQUISITOS: NÃO POSSUI				
DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – 2 CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Créditos		Horas-aulas	
	T	P	Hora Presencial	Hora distância
Unidade Curricular I - Formação Geral e Humanística	2	-	-	30
EMENTA				
O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor Municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do Poder Local e da Sociedade Civil.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
DOWBOR, Ladislau. O que é poder local . Imperatriz, MA: Ética, 2016. GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). Manual do Prefeito . Rio de Janeiro: IBAM, 2016. VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras . Brasília: IPEA, 2011.				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). Planejamento Governamental para Municípios : Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único : Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. BRASIL. Presidência da República. Guia Básico para a Gestão dos Municípios . Brasília: MP, 2008. PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). Acesso à terra urbanizada : implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008. VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil . São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.				



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Bacharelado em Administração Pública da UNEMAT/UAB, permaneceu com o projeto PNAP (Programa Nacional de Formação em Administração Pública) adequando a estrutura conforme orientação da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para discussão e alinhamento dos Projetos de Curso.

O Projeto Pedagógico do Curso atende às normatizações vigentes e mantém o compromisso em flexibilizar seu currículo, conforme política da Instituição. Exemplo disso é a inserção de três disciplinas de Temas Contemporâneos na Gestão Pública I, II e III ou, ainda, em mobilidade acadêmica, possibilitando a flexibilização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso

BRASIL. **Lei 13.005, de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CABRAL, Maria Elimar Cruz. WEIMER, Mabel Strobel Moreira. **Teoria e prática do projeto político pedagógico – Uma questão de gestão e de qualidade na educação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 06, Vol. 09, pp. 127-137. Junho de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução CNE/CES 1, DE 2004: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 17 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução no 2, de 2007: Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial**. [s.l: s.n.].

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 028/2012-CONEPE: Dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de graduação de Bacharelado nas diferentes modalidades de ensino oferecidos pela Universidade do Estado de Mato Grosso** - UNEMAT. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3475_res_conepe_28_2012.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020a.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 030/2012-CONEPE: Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.** Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/2654_res_conepe_30_2012.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 055/2015-CONEPE: Altera a Resolução no 030/2012-CONEPE, que dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.** Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3764_res_conepe_55_2015.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 100/2015-CONEPE: Aprova alteração na Resolução no 028/2012-CONEPE e 029/2012-CONEPE, que dispõe sobre Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de graduação de Bacharelado e de Licenciatura da UNEMAT.** Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3920_res_conepe_100_2015.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Instrução Normativa 003, de 2019: Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, em todas as suas modalidades, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.** Disponível em: <<http://portal.unemat.br/?pg=site&i=proeg&m=legislacao>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 11/2020-AD REFERENDUM CONEPE: Dispõe e regulamenta sobre a obrigatoriedade da inclusão da creditação da Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/4144_res_conepe_11_2020.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.